

BLOCO 1

1 – É cabível a mudança do caráter primitivo (ou de aquisição) da posse? Justifique e exemplifique.

2 – A Ação Civil Pública fundada em interesses individuais, difusos ou coletivos afetos à criança e ao adolescente segue o procedimento previsto no ECA ou aquele definido na Lei nº 7.347/85?

3 – A função social do contrato prevista no artigo 421 do CCB é matéria de ordem pública? Tal disposição legal se aplica às relações de consumo reguladas pela Lei nº 8.078/90?

BLOCO 2

4 – Na execução penal, a instituição do Regime Disciplinar Diferenciado (RDD), do art. 52, §§ 1º e 2º, da Lei nº 7.210/84, pela Lei nº 10.792/03, é correta a asserção de que resulta de influência do Direito Penal Prospectivo ou Direito Penal do Inimigo? Por quê?

5 – José Armando Maranha, mais conhecido como “Zé da Treta”, planejou e executou vários sequestros na região metropolitana de Goiânia, exigindo, em todos eles, pagamento em dinheiro para resgate das vítimas. No intuito de não deixar pistas para as investigações policiais, José disfarçava suas práticas delitivas da seguinte forma: repassava todo o dinheiro decorrente da atividade criminosa ao seu cunhado que, como empresário atuante no mercado da bolsa de valores, comprava ações de uma empresa multinacional.

Após várias investigações, a polícia conseguiu prender e indiciar José, que resolveu colaborar e informou com detalhes os fatos.

Existe alguma medida legal para reter as ações? Em caso afirmativo, informe, ainda, em qual prazo deverá ser proposta a ação penal.

Caso seja negada tal medida, a parte inconformada poderá utilizar qual meio para se insurgir contra a negativa?

Justifique com base na legislação penal e processual penal.

6 – Qual o entendimento do Supremo Tribunal Federal quanto à possibilidade de controle direto de constitucionalidade com relação a leis anteriores à Constituição vigente?

BLOCO 3

7 – O Código de Ética da Magistratura Nacional prevê a observância de inúmeros princípios como condição indispensável para o regular desempenho do exercício da magistratura e da respeitabilidade do Poder Judiciário junto à sociedade, concorrendo de forma definitiva para a distribuição da justiça e até mesmo para o fortalecimento da legitimidade do Poder. Assim, cite, pelo menos, 06 (seis) princípios que orientam o exercício da Magistratura Nacional, discorrendo sobre dois daqueles princípios.

8 – Em relação aos aspectos constitucionais do IPTU, em que situação pode um município majorar a alíquota para o imposto mencionado em razão do tamanho do imóvel não edificado, considerando o teor da Emenda constitucional 29/2000? Justifique.

9 – Em se tratando de Responsabilidade de Direito Ambiental, pode-se impor ao adquirente de área já desmatada a obrigação de reparar o dano ambiental? Explique.

10 – É regra constitucional a obrigatoriedade de se observar a prévia licitação nas contratações públicas (CF-88, art. 37, XXI). Para regulamentar a referida norma foi editada a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Assim, pergunta-se:

- a) – o que é licitação?
- b) – esta norma constitucional é de aplicação absoluta
- c) – cite pelo menos três modalidades de licitação?
- d) – o que se entende por cláusula exorbitante?
- e) – O Poder Judiciário é alcançado pelas normas da Lei nº 8.666/93?